



DIREITOS HUMANOS: UM DIÁLOGO COM AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

*Aline Éllen Ferreira da Silva
Graduanda do 7º período do curso de
Pedagogia pela Universidade Federal
de Alagoas – UFAL e atualmente
Pesquisadora no Programa
Institucional de Bolsas de Iniciação à
Docência – PIBID*

RESUMO

Este artigo faz uma análise sobre as relações étnico-raciais nos dias atuais, o preconceito e formas de discriminação sobre os povos africanos e suas manifestações culturais. A realidade existente apresenta claramente no cotidiano a exclusão dos costumes dos povos africanos, sendo estes o principal agente na construção da cultura brasileira. A abordagem dos Direitos Humanos tem sido priorizada como um método rico e eficaz para o reconhecimento da diversidade étnico-racial e cultural que constitui a sociedade brasileira e também, para a consolidação de um país promotor de igualdade de direitos. Assim, este artigo busca refletir no presente cenário, buscando dialogar com a concepção aqui adotada de Educação e Direitos Humanos e o papel da escola na transformação da sociedade para sua totalidade igualitária e justa.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos, Cultura de Paz, escola, conscientização.

O racismo surge das teorias que nascem no século XIX que tentam explicar as diferenças biológicas, antes vistas de forma positiva, pois, a naturalização das diferenças fazia com que as pessoas aproveitassem, “[...] as coisas boas que encontravam um nos outros” (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p.192). Em outras palavras, o que antes visava às explicações das diferenças biológicas e físicas passou a visar tais diferenças como desvantagens (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p. 193): “As diferenças biológicas existentes no interior da espécie humana eram grandes o bastante para diferenciarem raças com qualidades psicológicas, intelectuais ou de caráter distinto”.

Foi devido a essas concepções que no século XIX estudiosos começaram a explicitar que diversos grupos “raciais” teriam diferentes capacidades para a evolução cultural ou social. Por isso, por um momento a palavra raça era usada para descrever a linhagem. Assim, as relações étnicas raciais são conceitos e idéias a respeito de diferenças.



Estas concepções eram sempre direcionadas a determinadas “raças”. Deste modo, os estereótipos difundidos na sociedade contribuem para a discriminação, desrespeito e desqualificação do próximo. O preconceito surge desses julgamentos.

A discussão acerca da temática vive um momento importante para o combate de tais aspectos, no entanto, vale ressaltar que tal luta não é unicamente de cunho da instituição escolar, mas dos familiares e da sociedade como um todo.

Ao que parece, o silêncio, a naturalidade da escola sobre a temática tem permitido que a superioridade de um determinado grupo (dominantes) seja transmitida como algo normal/natural na sociedade.

Questionamentos e reflexões não são feitos pela grande parte dos professores, garantindo assim a transmissão de conceitos e crenças de que o outro “diferente” é algo ruim, reforçando a divisão das “raças”.

É notório o problema no espaço educacional e a necessidade de combatê-la provendo o respeito mútuo através de orientações, planos de aulas e o currículo da escola, além de intermediar e garantir a formação continuada para professores.

Diferenças e desigualdades: afinal, quem é diferente?

Desde os primórdios, o homem se questiona sobre sua existência. É de sua natureza buscar a evolução e transformação. Diante de uma linha cronológica da história da humanidade é perceptível as várias modificações do ser humano dentro de cada grupo social. A língua nunca foi uniforme, as manifestações culturais são ricas graças à tamanha diversidade. Tudo varia.

Tratando-se de diversidade, o Brasil serve de exemplo. País repleto de diversidade cultural, religiosa, tradições, costumes, desde a história da colonização. Diante disso, o livro *Gênero e diversidade na escola* (2009, p.22) definem Cultura como:

Fenômeno unicamente humano, a cultura se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se referindo a um fenômeno individual. E como já vimos cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e passagens da vida aparentemente semelhantes.



A cultura, portanto, vai além de um sistema de costumes; é objeto de intervenção humana, que faz da vida uma obra de arte, inventável, legível, avaliável, interpretável.

Porém, em meio às tais diversidades, o que considerar diferente? Para esse diálogo, é necessário entender, a princípio, as Relações de Poder, palavras fortemente significativas quando se fala de Opressor/Oprimido. Desse modo, são de suma importância os estudos e contribuições de Michel Foucault para entender e falar de relações de poder, assim:

Foucault desorganiza as concepções convencionais — que usualmente remetem à centralidade e à posse do poder — e propõe que observemos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que, "capilarmente", se constitui por toda a sociedade. Para ele, o poder deveria ser concebido mais como "uma estratégia"; ele não seria, portanto, um privilégio que alguém possui (e transmite) ou do qual alguém se "apropria". Mais preocupado com os efeitos do poder, Foucault diz que seria importante que se percebesse esses efeitos como estando vinculados "a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos" (LOURO, 1997, p.38).

Dessa forma, Foucault mostra que o poder não está centralizado em um único pólo, mas é exercido pelos sujeitos que estão inseridos no contexto e contribuem no efeito da devida ação. Vale ressaltar que Foucault explicita que a relação de poder deve ser vista como uma batalha, ou melhor, uma luta na qual o prêmio é o domínio.

Diante desse “jogo”, construído e difundido na sociedade, propagando um vencedor, segundo Foucault, são aspectos que contribuem, para formação de sujeitos e comportamentos. Esses comportamentos são idéias que negam aqueles que são vítimas da humanidade através da relação de poder, sendo eles: etnocentrismo, estereótipo, preconceito e discriminação. Desse modo, em *Gênero e diversidade na escola* (2009, p. 24) afirma-se:

“O etnocentrismo consiste em julgar, a partir de padrões culturais próprios, como “certos” ou “errados”, “feios” ou “bonitos”, “normais” ou “anormais” os comportamentos e as formas de ver o mundo dos outros povos, desqualificando suas práticas e até negando sua humanidade. Assim, percebemos como o etnocentrismo se relaciona com o conceito de estereótipo, que consiste na generalização e atribuição de valor (na maioria das vezes negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo-o a essas características e definindo os “lugares de poder” a serem ocupados.

E é dessa maneira que muitas das vezes as diferenças não são vistas como riquezas. Algumas situações de discriminação racial vêm com discursos que tentam justificar os atos



repugnantes, como por exemplo, a aparência para a contratação no mercado de trabalho, seguido de uma frase “mas porque não alisa o cabelo?”; os olhares maldosos sob um casal negro; as desconfianças e medo ao entrar no ônibus um negro. São esses comportamentos que são repassados na sociedade, expostos pela mídia dessa forma e, infelizmente, na maioria das vezes não discutida e pensada na sala de aula.

Cumpramos esclarecer que os lugares destas pessoas já são destinados por meio da sua cor de pele, são eles marginalizados, onde se encontram nas grandes favelas, com poucas condições de educação, saúde, moradia, para não se dizer condições precárias.

Nesse cenário, vemos o total descaso e a dignidade que é tirada dessas pessoas, uma vez que, desde a colonização, onde muitos falam na “vinda” dos negros, referindo-se a chegada ao Brasil, percebemos o equívoco desta palavra nesse contexto, visto que, os negros foram escravizados e trazidos para o país para a mão de obra.

A história do negro sempre foi de luta, de resistência. Povos que lutaram e lutam pelo direito à vida, direito à dignidade e liberdade da sua cultura.

Vale ressaltar que toda associação feita aos negros no Brasil foge da sua real importância cultural para a construção da identidade brasileira. Toda visão se restringe à escravidão, sem uma reflexão sob as contribuições para a formação do nosso país. Assim, em *Gênero e diversidade na escola* (2009, p.23) afirma-se:

A construção da identidade negra no Brasil passa, dessa maneira, a ser não apenas um mecanismo de reivindicação de direitos e de justiça, mas também uma forma de afirmação de um patrimônio cultural específico. Muitas vezes, a presença dos negros e negras no Brasil fica associada à escravidão, ao samba, às religiões de origem africana e à capoeira, sem que seja reconhecido o devido valor de sua contribuição para a cultura brasileira.

Em consequência desses postulados, como tratar sobre a inclusão e exclusão de determinadas culturas dentro da escola? O que e por que a sociedade impõe uma cultura como superior e tais pensamentos são transferidos na escola, mesmo sendo esta o espaço de reflexão e mudanças?

Considero que, para tais transformações, a escola, como agente principal para a formação de cidadãos reflexivos e críticos, deve buscar discutir e agregar a realidade conflituosa, resgatando os Valores Humanos dentro da sociedade. Expondo a importância de cada fenômeno cultural, social, político e ideológico para a construção de conhecimentos e de um mundo melhor. Vale ressaltar que:



“nessa perspectiva, o ser humano é visto como um ser relacional e criador de cultura, capaz, de construir e de partilhar conhecimentos, em momentos de diálogos com seus semelhantes. O conhecimento nasce no diálogo, e este é imprescindível a uma prática pedagógica democrática.” (CARNEIRO, 2016. p. 24 Apud VASCONCELOS, MELO, 2012).

É comum no interior da sociedade encontrar discursos de estereótipos. São discursos de intolerância religiosa, cultural, sexual e tantas outras. No cunho religioso, percebemos no dia-a-dia a diversidade religiosa do nosso país. Mesmo a Constituição garantindo a liberdade religiosa e de crença, o preconceito e desrespeito prevalecem sobre as diferentes religiões, normalmente aquelas que fazem parte da cultura subordinada (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p.26):

[...] é bastante comum encontrarmos crianças e adolescentes que exibem com orgulho para seus/suas educadores/as os símbolos de sua primeira comunhão, enquanto famílias que cultuam religiões de matriz africana são pejorativamente chamadas de “macumbeiras”, sendo discriminadas por suas identidades religiosas.

Diante disso, as instituições devem promover o respeito entre os praticantes de diferentes religiões, além de preservar o direito daqueles que não praticam nenhuma atividade religiosa.

Esses comportamentos contribuem para a disseminação do preconceito, este que quer dizer, pré-conhecimento daquilo desconhecido. Ou seja, antes de conhecer já é estabelecido um significado, valor e lugar de ocupação na sociedade.

Nesse sentido retomo as falas de Carneiros:

Faz-se necessário que a prática educativa seja dirigida para o envolvimento do aluno em ações voltadas ao respeito às suas diferenças e ao meio em que vive, permitindo uma verdadeira interação no ambiente escolar. Ressalto, portanto, que na visão freiriana é o diálogo que alicerça os Círculos de Cultura¹, pois é na “palavra pronunciada” que se revela a realidade de cada um dos participantes, que se educam ao reconstruírem sua cultura. (CARNEIROS, 2009, p.28)

Além dessas situações religiosas, existem outras práticas que passam por discriminação por parte do grupo hegemônico, que se constitui por aqueles que se aproximam daquilo que é considerado “correto” na sociedade.

¹ Os círculos de Cultura surgiram na década de 1960, no Recife, no contexto da Educação de jovens e adultos sob a coordenação do educador Paulo Freire [...] visava á valorização da cultura popular e apresentava uma proposta, segundo a qual, toda sociedade deveria ter espaço para a participação, não só política, mas também cultural, possibilitando uma prática pedagógica diferente da sala de aula. (CARNEIRO, 2016, p.23)



Em suma, se o estereótipo e o preconceito estão no campo das idéias formadas e construídas pela sociedade, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é a atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação.

É nesse sentido que considero e concordo com Carneiros, na importância de serem trabalhados e desenvolvidos na escola os Valores Humanos, onde ocorre, através destes, a conscientização dos educandos e educadores na perspectiva do respeito à diferença, na melhoria do comportamento de cada indivíduo frente às diversidades. Levando em consideração o que julgo aqui por Valores Humanos: “[...] referem-se à ética, por ser essa um princípio que fundamenta as ações humanas para o bem” (CARNEIRO, 2016. p. 33 apud ARISTÓTELES, 1984).

É diante desse diálogo que me aprofundo diretamente nas questões dos direitos humanos, temática histórica, que surge através das lutas e reivindicações dos povos, movimentos e atividades que implicam a luta pela dignidade humana.

A temática em si necessita de total reflexão acerca dos fatos e toda história da humanidade. Vale ressaltar que o que tratamos aqui como Direitos Humanos vincula-se àquele direito fundamental garantido internacionalmente, juridicamente protegido e universal em bem comum.

[...] É promovendo e garantindo os Direitos Humanos – o direito à vida; os Direitos às liberdades fundamentais; os Direitos sociais que asseguram a sobrevivência – que se enfrentam as tensões que levam à guerra e ao terrorismo. (DIÓGENES 2015, p.24, Apud LAFER, 2004, p.8).

Saliento a importância do entendimento e apreensão do que se tratam os Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos, esta que visa à emancipação da cultura humana, promovendo a vivência dos valores da liberdade, da tolerância, da paz, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, e da justiça.

Assim, a necessidade de estabelecer uma prática onde a humanidade, no todo, caminhe para além de visar seus interesses pessoais. Para tanto, essa cultura tem por sentido a construção e internalização de atos de valores essenciais para uma vida digna.

Uma compreensão acerca do que é dignidade é necessária pela sociedade. Dignidade aqui defendida, são os direitos fundamentais à vida, como: educação, saúde, lazer, moradia, segurança entre tantos outros para uma cultura de paz. Portanto, Direitos Humanos é



instrumento da construção da consciência da dignidade pelo reconhecimento a favor da vida, da consolidação da cidadania e da mudança social.

Por isso a autora afirma:

Em tal sentido a gênese dos “Direitos Humanos” é relatar o como as sociedades históricas vêm tratando a questão da dignidade e da inviolabilidade da vida humana. [...] É importante informar que a questão dos Direitos Humanos vincula-se ao surgimento do Estado e suas diferentes expressões históricas a partir do aparecimento da sociedade [...] Os Direitos Humanos estão diretamente ligados à história das civilizações e ao modo como essas construíram as relações entre si. (DIOGÉNES, 2015 p.32)

Desse modo, a quais direitos nos referimos? Direito de quem? Por questões políticas, e em suma, pela forma social atual em que vivemos, onde os Valores humanos foram descartados, todas as ações e atitudes partem de uma força oculta, um querer que não está explícito na sua totalidade. É preciso compreender e refletir as questões econômicas, sociais, políticas e ideológicas.

A marginalização, criminalidade, condições péssimas de moradia entre tantos outros aspectos que poderia citar está presente no cenário que vem crescendo a cada dia. Aqui percebemos que a cultura de respeito à dignidade humana tem sido esquecida, seja no âmbito social ou político.

Por isso, Direitos Humanos ultrapassam a concepção de apenas conhecer aquilo que se tem o direito como ser vivente. Direitos Humanos desperta em nós a necessidade de lutar e transformar essa luta e dignidade humana em cultura e ações concretas.

Dessa forma, acredito que a escola, tendo a iniciativa de promover ações e conversas com seus alunos para a transformação desse cenário, contribuiria na formação e construção de indivíduos compromissados com o mundo que os cerca, sabendo refletir sobre a sua realidade conflituosa da violação de direitos e desigualdade, além de desenvolver atitudes para mudar o cenário.

Em princípio, torna-se essencial que a escola aceite o desafio de fortalecer essa ação, assumindo seu verdadeiro papel, não apenas como mera transmissora de conhecimentos, definidos nos currículos escolares, mas como mantenedora de uma proposta que incentive a adoção dos Valores Humanos, de forma democrática e salutar, principalmente com os alunos. O ideal é que a escola assume o compromisso com todos os que nela interagem, para a difusão da educação para a paz, a partir de uma prática rotineira de ações voltadas para essa finalidade, criando uma Cultura de Paz, como forma de trabalhar os



conflitos passando a vê-los como crescimento pessoal. (CORDEIRO, 2016, p.72)

O rompimento e desconstrução das desigualdades requerem um olhar transdisciplinar, que, ao invés de trabalhar e refletir cada segmento isoladamente convida as diferentes ciências, disciplinas e saberes para interpretar os porquês dessas formas de discriminação e desenvolver práticas para combater e promover a igualdade na sociedade em todos os âmbitos.

Educar para a paz é desenvolver a capacidade de diálogo e de negociação, trabalhando a capacidade de escuta do outro, estimulando o repensar sobre as próprias convicções, idéias, sentimentos, e desenvolvimentos a capacidade de construir a paz. A Cultura de Paz resulta, portanto, de uma construção que requer participação e reconhecimento da diversidade, e não comporta passividade ou camuflagem de conflitos, desigualdades e injustiças sociais. (CORDEIRO, 2016, p.37)

É diante dessa perspectiva que compreendemos também que a Cultura de paz necessita do querer, do olhar diferenciado e de como lidamos com cada situação. Do nosso comportamento frente às diversidades, a tolerância, aos interesses pessoas e os coletivos, enfim, em como desejamos o mundo em que vivemos.

A cultura de paz se constrói nas pequenas ações cotidianas. Ela surge de forma como nos comunicamos com os outros. Da forma como lidamos com conflitos e sentimentos. Da nossa capacidade de reconhecer e valorizar as diferenças. Da vontade e interesse em exercitar o respeito e a tolerância. Cada um de nós pode ser um construtor da paz. Cada um de nós pode influenciar como nossa maneira de agir, as pessoas que nos cercam. (CORDEIRO, 2016, p.73)

Considerações finais

Evidentemente, há na história dos negros uma dolorosa luta de resistência e formas de opressão no Brasil, tendo em vista a história desde os tempos da escravidão.

A escola e o papel da educação frente às relações étnico-raciais no atual contexto contribuem para a divisão, separação e classificação de grupos, cultura, ideologia entre outros. A escola alavanca a desigualdade, quando classifica alunos e grupos, quando expõe mais uma cultura que a outra, quando diferencia por classes sociais, crenças, sexualidade. Há aqueles que acreditam que a escola recebe influência do mundo que o cerca e o que acontece nos



muros da escola são reflexos da sociedade, e outros acreditam que ela assume papel de aparelho ideológico.

Nessa perspectiva, acredito que nada é neutro, tudo parte de uma força oculta, no caso da escola, o currículo oculto. É diante desse parecer que considero que para as transformações numa sociedade justa e igualitária, com dignidade e Direitos a todos, sejam na perspectiva social, religiosa, cultural ou política, cabe à escola assumir papel de agente mediador político que visa promover a cultura de paz, esta que ultrapasse os muros escolares, contribuindo com o rompimento de discursos preconceituosos e racistas. É um desafio que a gestão escolar juntamente com toda a comunidade educacional deverá enfrentar para estabelecer diálogos críticos-reflexivos acerca de conflitos existentes, estes que nunca cessarão, mas faz-se necessário interagir com os indivíduos em busca de melhorias para um todo, isso quer dizer, na construção dos Valores Humanos.

Em tal percepção, trabalhar os Valores Humanos no âmbito educacional no contexto atual é um grande desafio para os educadores e todos os envolvidos, uma vez que, levando em consideração a forma social atual, que visa unicamente à riqueza por meio da produção, opressão da classe subordinada, produz e conduz a sociedade a valores não paralelos com os Valores Humanos: fraternidade, igualdade, lealdade, respeito, entre outros.

Desse modo a escola ao assumir o papel de mediadora dos Valores Humanos, deverá lidar com situações e comportamentos que estão arraigados na sociedade das relações humanas não duradouras, pois, dentro do atual contexto, os indivíduos seguem a cultura do mundo líquido ao invés dos Direitos Humanos e Valores Humanos.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Maria Joyce Mais Costa. **Cultura de paz na escola: Narrativas inéditas.** Curitiba: CRV, 2016.

DIÓGENES, ELIONE MARIA NOGUEIRA. **Educação em Direitos Humanos e Educação para a Cultura de Paz – Luta esperança e utopia.** Curitiba: EDITORA CRV, 2015.

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.



Louro, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.